

RESISTÊNCIA CAMPONESA E ÓBICE À ORGANIZAÇÃO POLÍTICA COLETIVA DOS AVICULTORES INTEGRADOS À COPAGRIL EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PARANÁ¹

Edson Luiz Zanchetti da Luz²

Djoni Roos³

RESUMO: O presente trabalho analisa a permanência da classe camponesa frente ao desenvolvimento do capitalismo no campo, sob a ótica da recriação do campesinato através da lógica contraditória, desigual e combinada do sistema capitalista. Neste contexto, é que se insere a produção de aves realizada geralmente em pequenas propriedades rurais, a qual, ilustra tal processo através da utilização do trabalho familiar camponês e da canalização da renda da terra camponesa para as camadas capitalistas. Foi realizada revisão bibliográfica acerca das lutas camponesas na região de estudo buscando compreender de que forma se estabelece relação entre avicultores de Marechal Cândido Rondon com a cooperativa Copagrill e de que forma está relação impossibilita a organização política dos camponeses integrados a ela. A pesquisa de campo foi de caráter qualitativa e perante a heterogeneidade dos avicultores, delimitou-se a amostra da pesquisa àqueles que dispunham de aviários de menor porte e trabalho familiar.

PALAVRAS-CHAVE: Campesinato; Organização social; Avicultura; Copagrill; Capitalismo.

PEASANT RESISTANCE AND OBSTACLE TO THE COLLECTIVE POLITICAL ORGANIZATION OF POULTRY FARMERS INTEGRATED TO COPAGRIL IN MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PARANÁ

ABSTRACT: The present paper analyzes the permanence of the peasant class in face of the expansion of capitalism in the countryside, under the optics of the re-creation of the peasantry through the uneven and combined contradictory logics of the capitalist system. In this context, the production of poultry is inserted normally in small countryside

¹ O presente artigo é resultado da pesquisa de monografia “A (não) organização política dos camponeses avicultores integrados à Copagrill no município de Marechal Cândido Rondon - Paraná”, defendida no ano de 2019 junto ao curso de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* de Marechal Cândido Rondon.

²Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon. e-mail: zanchetti0701@gmail.com

³ Professor dos cursos de Graduação e Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). e-mail: djoni.roos@unioeste.br.

properties, which illustrates the process throughout the use of family field work and the canalization of peasant land income for the capitalist layers. A literature review about the peasant struggles in the study region has been made seeking to understand in which way the relation between Marechal Cândido Rondon aviculturists and Copagril Cooperative is established, and in which way such relation hamstrings the political organization of the peasant community integrated to it. The field search was conducted in a quantitative character and before the heterogeneity of the aviculturists, and its sample was bounded by those who disposed of the smallest aviaries and family work.

KEY-WORDS: Peasantry; Social Organization; Aviculture; Copagril; Capitalism.

RESISTENCIA CAMPESINA Y OBSTÁCULO A LA ORGANIZACIÓN POLÍTICA COLECTIVA DE AVICULTORES INTEGRADA CON COPAGRIL EN MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PARANÁ

144

RESUMEN: El presente trabajo analiza la permanencia de la clase campesina frente al desarrollo del capitalismo en campo, sob la perspectiva de la recreación del campesinado a través de la lógica contradictoria, desigual y combinada del sistema capitalista. En este contexto, se inserta la producción avícola realizada generalmente en pequeñas propiedades rurales, lo que ilustra este proceso mediante el uso del trabajo familiar campesino y la canalización de los ingresos de la tierra campesina a los estratos capitalistas. Se realizó una revisión bibliográfica acerca de las luchas campesinas en la región de estudio, buscando comprender cómo se establece la relación entre los avicultores de Marechal Cândido Rondon y la cooperativa Copagril y cómo esta relación hace imposible la organización política de los campesinos con ella integrados. La investigación de campo fue de carácter cualitativo y dada la heterogeneidad de los avicultores, la muestra de investigación se limitó a aquellos que tenían las pollerías más pequeñas y trabajo familiar.

PALABRAS CLAVE: Campesinado; Organización social; Avicultura; Copagril; Capitalismo.

INTRODUÇÃO

A história recente da incorporação do espaço geográfico da mesorregião Oeste do Paraná à dinâmica capitalista nacional acentua-se a partir de 1950, através da atuação de grandes empresas colonizadoras, as quais passam a comercializar lotes rurais na região. A estrutura fundiária do município de Marechal Cândido Rondon (PR), formada principalmente por pequenas e médias propriedades é reflexo deste modelo de ocupação e hoje figura como um polo

exportador de produtos agrícolas (grãos e carnes). Tal cenário revela indícios da ocorrência do processo de expansão desigual e contraditória do sistema capitalista e a subordinação da classe camponesa ao capital industrial.

O processo de produção capitalista a partir da subordinação de relações não capitalistas de produção que se estabelecem no campo, em especial nas propriedades camponesas, é central na interpretação do espaço agrário brasileiro (MARTINS, 1986, 1990; OLIVEIRA, 1996). Neste contexto, se insere a produção integrada de fumo, suínos, aves, grãos etc., realizada geralmente em pequenas propriedades rurais através da utilização do trabalho familiar camponês e da canalização da renda da terra camponesa para as camadas capitalistas.

145

A mudança na base técnica na agricultura a partir da década de 1960, trazida no bojo da Revolução Verde e que propiciou a formação dos Complexos Agroindustriais (CAIs), intensificou este processo de subordinação e transferência de renda das pequenas propriedades para os grandes empresários capitalistas. É também neste contexto que se constitui a Cooperativa Agroindustrial Copagrill fundada em agosto de 1970.

Atualmente a Copagrill conta em toda sua área de abrangência com mais de cinco mil associados e no ano de 2019 teve um faturamento de mais de 1 bilhão de reais, sendo o carro chefe desta expressiva receita o setor avícola respondendo a 34% deste montante (COPAGRIL, 2019). São um total de 350 aviários divididos em 128 propriedades, somente no município de Marechal Candido Rondon (PR) são 95 aviários e cerca de 38 avicultores (TRENTINI, 2019), quantitativo que representa quase metade dos 81 avicultores do município. Estes números mostram a significativa participação da Copagrill na economia municipal, ocupando papel central na produção agrícola da região.

Sabendo da importância econômica da cooperativa e tendo entendido que este processo de transferência de renda não ocorre de modo harmônico e de maneira igualitária chega-se a questão motriz do presente estudo. Entender na

atual conjuntura a inexistência de mobilizações por parte dos avicultores que se encontram nestas condições de subordinação e exploração, embora localizados numa região histórica para as lutas camponesas.

Assim, a identificação dos elementos que acarretam a inexistência da organização política dos camponeses integrados a Copagril de Marechal Cândido Rondon (PR) tornou-se o objetivo central neste trabalho. Buscando delimitar a pesquisa perante a heterogeneidade dos avicultores, delimitou-se a amostra de pesquisa àqueles que dispunham aviários de até 2.500 m². Dentre os 19 avicultores que se enquadraram neste critério, realizou-se nove entrevistas. A pesquisa foi de caráter qualitativa e o trabalho de campo consistiu em entrevistas semiestruturadas.

O presente texto se organiza em quatro partes. Inicialmente desenvolve-se raciocínio problematizando a existência social do campesinato; em seguida, apresenta-se o contexto de formação das cooperativas agrícolas e da Copagril em Marechal Cândido Rondon; posteriormente, é traçado breve histórico de conflitos e lutas camponesas ocorridas na mesorregião oeste do Paraná; por fim, identifica-se o conjunto de estratégias e elementos utilizados pela Copagril que dificultam a organização política dos camponeses avicultores, ao mesmo tempo, identifica-se como os camponeses contraditoriamente, criam formas para garantia de sua existência social.

A CLASSE SOCIAL CAMPONESA

O camponês foi em muitos momentos da história entendido como um sujeito social fadado ao desaparecimento, pois não haveria lugar para esta classe no processo de desenvolvimento da sociedade. Ainda no final do século XIX, a previsão era de que o desenvolvimento do sistema capitalista, diante de sua lógica desigual, privilegiaria os grandes proprietários de terra enquanto os camponeses tornar-se-iam proletários.

Autores como Kautsky (1972) e Lênin (1980), entenderam o campesinato como uma relação “pré-capitalista” de produção, a qual desapareceria com o desenvolvimento das forças produtivas. Apesar de Kautsky (1972) considerar que o desenvolvimento do capitalismo no campo seguisse leis próprias, haveria um progresso conjunto da agricultura e da indústria. E fato de somente a grande propriedade rural apresentar as melhores condições de absorver e implementar as mudanças advindas do progresso técnico, como novos maquinários, insumos e divisão social do trabalho, fatalmente isso causaria o fim das pequenas propriedades que seriam absorvidas por estes novos empreendimentos capitalistas e os camponeses por sua vez, tornar-se-iam proletários rurais (ROOS, 2015).

Em convergência a teoria do desaparecimento do campesinato também escreve Lênin (1980), no entanto, ele aponta para a via da diferenciação social, a qual amplificaria a desigualdade no campo. Como revela Pomar (1980), o campesinato era visto como um tipo de relação que mascarava o antagonismo entre o capital e o trabalho, desta forma, o fim do campesinato desnudaria a contradição fundamental do capitalismo e ajudaria a combatê-lo. Assim, a anunciada decomposição dos camponeses em patrões e proletários era uma questão necessária para possibilitar o processo revolucionário que neste entendimento, dependeria do claro antagonismo de classe. Portanto, a ampliação e expansão do capitalismo levariam ao aumento da capacidade revolucionária da sociedade (ROOS, 2015).

Em contrapartida aos teóricos do marxismo ortodoxo, os quais desenvolveram seu pensamento agrário direcionado aos militantes socialistas, emerge outra visão acerca do campesinato, Alexander Chayanov (1974). Este autor desenvolveu sua teoria através do contato direto com os extensionistas rurais e com base nas informações produzidas pelos Zemstvos⁴. A grande crítica

⁴ Órgãos regionais criados pelo Estado, para coletar e processar dados relativos ao campesinato russo.

de Chayanov (1974) é a de que os estudos até então realizados enquadravam o campesinato em categorias que não correspondiam ao seu modo de vida. Para o autor, o campesinato ia além de um setor social fadado ao desaparecimento diante ao desenvolvimento do capitalismo, o camponês estava incluso em outro sistema econômico e seguia suas próprias leis.

Segundo Chayanov (1974), dentro da lógica camponesa não é o lucro que determina as decisões, mas sim, a relação entre a satisfação das demandas familiares e a penosidade do trabalho. Assim, o aumento do tamanho da família, com o nascimento de uma criança, por exemplo, implica na ampliação da intensidade de trabalho, porém quando este mesmo filho crescer e puder também trabalhar, a penosidade do trabalho será diminuída, pois o comportamento do camponês é determinado pelas necessidades da reprodução do conjunto familiar.

Diante da inquestionável permanência de pequenas propriedades assentadas no trabalho familiar mesmo com o pleno desenvolvimento do capitalismo no setor agrário, surgem outros entendimentos acerca do campesinato. Dentre as novas compreensões está a defendida por Abramovay (2007), a qual, se estrutura sob o paradigma do capitalismo agrário, condicionando a permanência da agricultura de base familiar no campo à sua transformação em empresa familiar rural, pois desta maneira, estariam aptos a adoção de novas tecnologias e adaptados ao mercado. Isto é, os camponeses precisariam passar por uma metamorfose, transformando-se em agricultores profissionais. Tal visão evolucionista vislumbra o desaparecimento do campesinato através de sua transformação em agricultores familiares.

Na contracorrente daqueles que entendem o desenvolvimento do capitalismo a partir da uniformidade das relações, autores como Martins (1981) e Oliveira (1996), defendem a necessidade da interpretação da existência e reprodução camponesa no interior das relações capitalistas. Estes autores

compreendem a existência de uma classe camponesa no capitalismo, pois as relações não-capitalistas contraditoriamente são necessárias para possibilitar e ampliar a produção do capital.

Martins (1981) é enfático quando afirma também que não há como comparar a situação brasileira, com a situação Russa do séc. XX.

Lá o campesinato resistia a expansão do capital porque era um campesinato apegado, ligado à terra. [...] Lá, era um campesinato que não queria sair da terra, que queria permanecer defensivamente alheio ao capitalismo. [...] (Aqui) É um campesinato que quer entrar na terra, que, ao ser expulso, com frequência à terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu (MARTINS, 1981 p. 15-16).

O campesinato no Brasil se constitui em meio as contradições do próprio capitalismo o qual necessita subordinar as relações não-capitalistas para garantir o acúmulo de capital. É diante deste entendimento que Martins (1981) compreende que mesmo durante o período escravocrata, já havia a reprodução capitalista através de relações não-capitalistas, pois sendo o valor do escravo regulado pela taxa de lucro médio, prova já ser uma relação capitalista. No entanto, o fato de serem trabalhadores que não dispunham nem mesmo de sua força de trabalho trata-se de uma relação não capitalista. Ou seja, para essa corrente campesinista, o desenvolvimento do capitalismo não necessita que todas as relações sociais sejam tipicamente capitalistas. Assim, através dessa lógica contraditória, desigual e combinada do sistema capitalista, se abrem possibilidades para a recriação do campesinato dentro deste modo de produção.

O desenvolvimento do capitalismo é movido por suas contradições. Assim, encontrar-se-á a agricultura brasileira assentada, de um lado, em relações especificamente capitalistas, trabalho assalariado, mecanização, alta tecnologia, e de outro, uma agricultura baseada na articulação de formas não-capitalistas de produção, como o trabalho familiar (OLIVEIRA, 1987 *apud* ROOS, 2015).

Diante deste cenário contraditório produzido pelo desenvolvimento do capitalismo, podemos encontrar ainda hoje no campo brasileiro, trabalhadores em situações degradantes, servidão por dívida e até mesmo trabalho escravo.

Este sistema de “integração” das empresas com as famílias camponesas é extremamente vantajoso para as empresas agrícolas. Oliveira (1996) nos oferece elementos que ajudam na compreensão do porquê empresas que operam este sistema de “integração” se tornam “parceiras” da produção camponesa. Um deles é de que através do contrato de integração, estas indústrias não precisam comprar ou mesmo arrendar a terra. A propriedade continua sendo do camponês e desta forma não há por parte das indústrias a imobilização de capital.

150

Neste tipo de produção ocorre a monopolização do território camponês, pelo capital, no qual a propriedade camponesa está sujeita aos interesses da indústria, “[...] o capital monopoliza o território sem, entretanto, territorializar-se, e assim estamos diante do processo de monopolização do território pelo capital monopolista” (OLIVEIRA, 1996. p. 24-25). Na medida em que monopolizam a produção, às empresas agrícolas se apropriam da renda da terra produzida pelos camponeses, é nesta subordinação na qual o camponês está inserido que as empresas acumulam capital.

Outra questão também primordial e que justifica esta integração entre a indústria e camponês é em relação ao custo do trabalho individual não contabilizado, proporcionando assim um baixo valor aos produtos entregues. E como o contrato de integração é pela produção total e não sobre o trabalho realizado por cada membro da família camponesa, o valor referente a mão de obra necessária para realização do produto é desconsiderada pela indústria.

No entanto, este tipo de produção também mostra-se como alternativa de renda para a família camponesa. Por serem produtos com comercialização garantida e que geram várias “safra” ao longo do ano, a produção integrada

também pode ser vista como uma estratégia contraditória de permanência no campo.

Assim, podemos perceber a contradição existente neste processo de expansão do capital sobre o campo, ao permitir, conforme apontado por Oliveira (1996), a recriação de parcela do campesinato. Trata-se de uma recriação subordinada, proporcionada pela expansão desigual e contraditória do sistema capitalista no campo brasileiro (OLIVEIRA, 1996). Ou seja, ao mesmo tempo em que as relações capitalistas se expandem no campo elas criam relações não-capitalistas de produção, como o trabalho familiar camponês, submetidas à acumulação do capital.

A FORMAÇÃO DE COOPERATIVAS AGRÍCOLAS E A COPAGRIL EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON (PR)

Um dos fatores que propiciaram a instalação de indústrias processadoras de alimentos e cooperativas agrícolas (como a Copagril), que se desenvolvem através da produção integrada está relacionado ao padrão de submissão à lógica de exploração econômica da região Oeste do Paraná. Este foi desenvolvido através de empresas colonizadoras e condicionou o estabelecimento de pequenas e médias propriedades.

O processo de apropriação territorial de Marechal Cândido Rondon (PR) e região ocorre através da atuação da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A (MARIPÁ) de Porto Alegre/RS, empresa detentora de grande latifúndio conhecido como Fazenda Britânia com aproximados 274 mil hectares e que a partir de 1950 começa a comercializar lotes neste espaço.

A tarefa colonizadora principal constituiu-se na divisão do grande imóvel (Fazenda Britânia) em glebas de 25 a 50 hectares que eram comercializadas com colonos-migrantes, provenientes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A MARIPÁ também tinha como compromisso na colonização criar uma infraestrutura viária e comercial, que permitisse a ocupação da região em que atuava (STORTI, 2010, p.40).

Este padrão de ocupação do espaço agrário da região de Marechal Cândido Rondon, ocorrido a partir de meados do Séc. XX, caracteriza-se por pequenas e médias propriedades. Nesse sentido, é ilustrativa a observação de Martins (1981, p. 17), sobre a característica do campesinato brasileiro:

A história dos camponeses-proprietários do sul é uma história de migrações. Há cem anos, foram trazidos da Europa para o RS, SC, PR, SP e ES. Há pouco mais de 30 anos deslocaram-se para as regiões novas do Paraná. Hoje, muitos estão migrando para Rondônia e MT. Tanto o deslocamento do posseiro quanto o deslocamento do pequeno proprietário são determinados fundamentalmente pelo avanço do capital sobre a terra.

Desta forma é possível perceber que o camponês constituído no Sul do país, bem como em Marechal Cândido Rondon (PR), é fruto das contradições do próprio capitalismo, que em seu processo de expansão, cria e recria relações não-capitalistas propiciando assim a reprodução do capitalismo.

Outro fator de suma importância para a formação das cooperativas capitalistas no Brasil, bem como também no processo de formação da Copagrill é a participação do Estado, que neste processo atuou como um instrumento posto a serviço dos interesses da classe dominante.

Porém, como o Estado não poderia realizar sua função de forma que aparecesse como a realização de interesses particulares, ele controla e regula a sociedade através das leis, tendo assim uma dominação, mas de caráter impessoal e anônima.

Graças às leis, o Estado aparece como um poder que não pertence a ninguém. Por isso, diz Marx, em lugar do Estado aparecer como poder social unificado aparece como um poder desligado dos homens. Por isso também, em lugar de ser dirigido pelos homens, aparece como um poder cuja origem e finalidade permanecem secretos e que dirigem os homens (CHAUÍ, 2004, p. 66).

Mesmo que a nível mundial o cooperativismo tenha surgido como um movimento que buscava, através da associação, fugir da opressão social resultante do sistema capitalista no século XIX, no Brasil, sobretudo a partir dos

anos 1960, o cooperativismo é utilizado pelo Estado como instrumento de tecnificação da agricultura, isto é, expansão das relações capitalistas no campo.

A utilização do Direito Civil como legitimador dos interesses da classe hegemônica é evidente no processo de regulação do movimento cooperativista no Brasil. Loureiro (1981), ao analisar a Lei n.º 5.764 de dezembro de 1971 que define a política nacional de cooperativismo, revela a estreita ligação entre o Estado e a expansão do capitalismo no campo. A autora é enfática ao afirmar que a lei na verdade serviu para eliminar os obstáculos que impediriam as cooperativas de operarem como qualquer outro tipo de empreendimento capitalista.

153

No período mais recente também é possível perceber como a legislação privilegia a atuação cooperativista, a exemplo, temos a Lei n.º 13.288, de 16 de maio de 2016, conhecida como a Lei da Integração, que apesar de vários vetos durante a sua tramitação e a mesma não contemplar todas as reivindicações dos integrados frente às indústrias, ainda sim, constitui-se como um marco legal para os novos contratos de integração. No entanto, no texto da respectiva lei está publicado em seu Parágrafo único do Art. 1º, que esta não se refere a integração vertical entre cooperativas e seus associados, ou seja, ficando estes integrados/cooperados sujeitos aos estatutos das cooperativas.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os contratos de integração vertical nas atividades agrossilvipastoris [...].

Parágrafo único. A integração vertical entre cooperativas e seus associados ou entre cooperativas constitui ato cooperativo, regulado por legislação específica aplicável às sociedades cooperativas (BRASIL, 2016, on-line).

O papel do Estado, no fomento ao movimento cooperativista não se restringiu apenas ao Direito Civil, em particular na formação da Copagril, foi por meio dos órgãos estatais que a doutrina cooperativista era propagada. Era através dos extensionistas da Associação de Crédito Assistência Rural do Paraná (ACARPA), que a partir de 1960 realizaram-se diversos cursos de formação aos

agricultores da região imediata à Marechal Cândido Rondon (PR). Já no final da década de 1960, o cooperativismo era apontado como solução para superar a crise da suinocultura.

Os primeiros movimentos a favor do cooperativismo, no município de Marechal Cândido Rondon, não partiram necessariamente de agricultores, mas de empresários, profissionais da educação, assistência rural, profissionais liberais. A COPAGRIL com sede no município de Marechal Cândido Rondon-PR, foi criada, no início, para resolver a crise ocorrida na suinocultura (STORTI, 2010, p. 43).

Constatamos assim a estreita ligação da Copagrill com as organizações patronais e o poder público, não só durante sua fundação, mas que a acompanha em seu vertiginoso crescimento. Se no início das suas operações em 1970 a empresa estava alocada em um armazém inflável, cedido pela Central Brasileira de Armazéns (CIBRAZEM), em 2005 a Copagrill contou com um aporte de R\$ 50 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para a construção do seu abatedouro de aves (STORTI, 2010).

Este exemplo de empreendimento que assim como outros recebem incentivos e fomentos do Estado, revela o modelo de desenvolvimento agrário escolhido para a região Oeste do Paraná e para o Brasil de modo geral. No qual bancos públicos financiam grandes empresas e estas ainda que de maneira contraditória, expropriam e reproduzem parcela da classe camponesa.

Ainda assim, assevera-se as compreensões tidas por Martins (1981), quando afirma que a classe camponesa constituída no Sul é fruto das contradições do próprio capitalismo. No entanto, esta relação de criação, reprodução e o processo de transferência de renda da propriedade camponesa para os grandes empresários não ocorre de maneira igualitária e harmônica. Tampouco o campesinato é sujeito passivo nesta relação, apesar da narrativa hegemônica insistir em mascarar a realidade, a história da expansão do capitalismo sobre o campo é permeada por resistências, conflitos e inúmeras lutas sociais.

LUTAS E RESISTÊNCIAS CAMPONESAS NA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ

Na história paranaense é visível as marcas da violência e dos conflitos no campo deixadas pelo processo de desenvolvimento do sistema capitalista. Tendo especial destaque a Guerra do Contestado de 1912 a 1916 e a Guerrilha de Porecatu entre 1948 a 1951, movimentos que contrapuseram a ordem dominante e realizaram grandes lutas e resistência contra o opressor.

Já na região oeste do Paraná os movimentos de resistência e lutas camponesas ocorreram a partir de 1960, quando o campo paranaense começa a sofrer os efeitos da “modernização da agricultura”. Este movimento proposto e em grande parte financiado pelo governo militar intensificou a conversão das terras em mercadoria através de empresas colonizadoras que trouxeram consigo as empresas agrícolas e indústrias processadoras de alimentos.

Em busca da tão propagada modernidade e apoiado por incentivos governamentais os camponeses da região oeste do Paraná compraram a ideia do progresso. Num primeiro momento, os suínos foram o principal produto comercializado. Como já fazia parte da alimentação cotidiana e diante da quantidade de subprodutos que através deste animal poderia se obter, o porco torna-se o carro-chefe nas pequenas propriedades.

No entanto, se a criação suína propiciou o ingresso dos produtores ao mercado, também foi através desta integração que sentiram diretamente as oscilações dele. Em meados da década de 1970, a inserção da monocultura de soja diminuiu o plantio de milho elevando os custos da produção suína, a isto somou-se um surto de “peste suína africana” que fechou as exportações para o mercado externo. Estes seriam alguns fatores que contribuíam para uma queda na produção de porcos na região (SMANIOTTO, 2016).

Os conflitos existentes entre as empresas e os suinocultores, principalmente em relação a forma dos pagamentos realizados por meio de Notas Promissórias Rurais (NPR's), contribuiu para a revolta dos camponeses e sua

organização, a qual contou com a participação da Igreja e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR). O auge deste movimento foi em 1978, quando o Grupo Frimesa/Ruaro declara falência e fecha frigoríferos em Medianeira e Marechal Cândido Rondon, deixando milhares de produtores responsáveis por pagarem a dívida da empresa junto aos bancos através das NPR's (LIECHESKI, 2000).

No período da ditadura militar (1964 a 1985), a atuação sindical ateu-se aos limites legais com a realização de ações assistenciais. Porém a manutenção de ligações com a Igreja possibilitou a retomada da direção dos sindicatos aos objetivos de defesa da classe trabalhadora. A formação da Pastoral Rural teve importância neste contexto, sob orientações desta e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que a partir de 1978 o movimento dos suinocultores começa a se organizar e discutir ações a serem tomadas diante das NPR's que haviam sido transformadas em dívida junto aos bancos diante da evidente "má fé" do Grupo Frimesa/Ruaro ao declarar falência. Assim, em assembleia em março de 1979, os produtores decidiram pelo não pagamento aos bancos (LIECHESKI, 2000).

Mesmo este episódio terminando com o Estado assumindo a dívida deixada pelo grupo empresarial, ou seja, uma transferência direta de dinheiro público para os bancos, também serviu para mostrar a importância da luta coletiva para as conquistas. É com este espírito de luta que o STR de Medianeira assume um protagonismo no campo, atuando diretamente no assentamento de mais de 470 famílias em Medianeira, Guarapuava, Matelândia e Mangueirinha (LIECHESKI, 2000).

Ainda dentro do contexto da "modernização" propagada pelos militares e em consonância com o desenvolvimento da economia mundial, é anunciado em 1973 pelo Governo Federal, a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu sob o leito do Rio Paraná.

Num primeiro momento, no início da construção da usina, a Itaipu cria propagandas para “esclarecimento” popular acerca da obra, como forma de evitar grandes conflitos. Promoviam-se reuniões nas comunidades nas quais prometiam o pagamento de indenizações justas aos desapropriados. No entanto, com o passar do tempo e diante do não cumprimento das promessas feitas, os camponeses foram tomados por um clima de indignação e começaram se organizar e fazer frente aos dirigentes da empresa.

Mesmo durante o período ditatorial, os camponeses expropriados pela Itaipu realizaram diversas ações reafirmando suas reivindicações. Uma das ações mais emblemáticas do Movimento Justiça e Terra (MJT) foram os acampamentos na frente dos escritórios da Itaipu em Santa Helena e Foz do Iguaçu, sendo que só através destas ações foi possível obter as tão requeridas reivindicações, dentre elas a conquista de um aumento de 62% sobre o valor pago por alqueire e pelas benfeitorias (MORAES JUNIOR, 2011).

Após obterem valores mais justos pelas terras desapropriadas, lideranças e mediadores do Movimento Justiça e Terra constataram que muitos trabalhadores rurais, entre eles arrendatários e posseiros, sem direito à indenização, ficariam desprovidos de seus meios de trabalho, ficariam, portanto, sem terra (CF. CPT, 1981 *apud* BRENNEISEN, 2002).

No entanto, a experiência de luta desenvolvida durante os embates frente a Itaipu, foram de fundamental importância e base para que em 1981 surgisse o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste do Paraná (MASTRO). O MASTRO reunia arrendatários e posseiros expropriados, que por não deterem o título de propriedade, não receberam as indenizações pagas pela Usina. O grande diferencial do MJT para o MASTRO situava-se na profundidade das reivindicações, enquanto o primeiro lutava para garantir a posse e indenização das terras e benfeitorias, os sem-terra passam para uma luta em busca da reforma agrária.

O centro político do MASTRO continuava na cidade de Medianeira (PR), na maioria das vezes ocorriam nas dependências da Igreja Católica, mas as ações do

movimento começam a não se ater mais somente ao campo legalista. Caminhando para o sentido de acampamentos e ocupações dos latifúndios, buscando um enfrentamento mais acintoso e aumentando a pressão sobre o Governo e os órgãos responsáveis pela titulação das terras (MORAES JUNIOR, 2011).

As reivindicações pela democratização do acesso à terra estavam ocorrendo em todo território paranaense, ainda que isoladamente a partir de 1983 começaram a surgir outros movimentos de sem-terra no Paraná como: o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral (MASTEL), Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro Oeste (MASTRECO), Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná (MASTEN) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES) (ROOS, 2015).

Apesar das diferentes frentes de luta, a pauta pela reforma agrária unia estes camponeses, que também contavam com o apoio e articulação da CPT. Partindo desta articulação e juntamente com as lideranças dos diversos movimentos sociais do campo, foi realizado no ano de 1984 no município de Cascavel, o primeiro encontro que reuniu lideranças de movimentos camponeses de cinco estados (São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul), momento que marca a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Como podemos atestar a mesorregião Oeste do Paraná teve fundamental importância na história da luta camponesa, trazendo à tona, a luta de classes e o conflito de projetos existente no campo. De um lado camponeses em suas mais diversas faces, defendendo seu modo de vida, lutando pela terra e para garantir as condições de sua existência. De outro lado, o projeto capitalista que muitas vezes se utiliza dos aparelhos do Estado, como uma ferramenta a serviço do capital em seu processo de expansão sobre o território brasileiro.

Percebemos como a expansão capitalista sobre o campo, ocorre de maneira violenta e conflituosa, e que a região Oeste do estado do Paraná foi palco de várias lutas e intensos conflitos no campo envolvendo camponeses, indígenas, quilombolas, sem-terra e sindicalistas, organizados ou não. Contudo, ao longo deste processo também se desenvolveram instrumentos de controle social no campo e que através de amarras e entraves, passaram a inibir a organização coletiva camponesa, facilitando a tecnificação da agricultura e acelerando a expansão do agronegócio. Um exemplo deste tipo de instrumento são as cooperativas agrícolas, como a Copagrill que veremos a seguir.

AÇÕES DE RESISTÊNCIA INDIVIDUAL E ESTRATÉGIAS DA COPAGRILL PARA INIBIR A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA COLETIVA DOS CAMPONESES

Partindo do entendimento que a “integração” dos camponeses a Copagrill, não ocorre de modo igualitário nem mesmo é harmônica, analisa-se o contexto local atual. Mesmo não podendo ser percebida de maneira clara pelos sujeitos sociais envolvidos, a relação da cooperativa com os avicultores cooperados é permeada por um conjunto de amarras que inibem a organização coletiva destes sujeitos e facilitam a apropriação da renda da terra. No entanto, ainda que contraditoriamente, esta relação também se mostra como uma alternativa aos camponeses, possibilitando sua permanência e resistência no campo.

Inicialmente o grande contraste visualizado nesta relação entre a Copagrill e os avicultores é referente aos distintos interesses existentes neste sistema de integração. Através da entrevista realizada com o Sr. Gleisson Trentini⁵, diretor responsável pelo setor avícola da Copagrill, viu-se que a busca por maior faturamento e consequente maximização dos lucros através de melhoramento genético e implementação de novas tecnologias, está dentre os objetivos desta cooperativa. Contrastando com o objetivo dos avicultores, os quais buscam a

⁵ Entrevista realizada no dia 15 de fevereiro de 2019, nas dependências da Loja Agropecuária Copagrill.

avicultura como complemento da renda, ou seja, onde a Copagril alinhada à lógica capitalista vê oportunidade de auferir lucros os camponeses vislumbram a possibilidade de permanecerem na terra.

A contradição mostra-se também quando a Copagril se orgulha em noticiar, ter estabelecido relações comerciais com mais de 50 países (COPAGRIL, 2018), e que tenha contribuído para a região tornar-se um polo agroexportador. Mas, no entanto, toda a grandiosidade deste empreendimento capitalista é alicerçada por relações não-capitalistas, onde quem produz é a família camponesa e o ganho de capital e crescimento da Copagril se dá através da apropriação da produção camponesa.

160

Já a face desigual do desenvolvimento capitalista, pode ser exemplificada através da comparação entre os dois lados desta integração. Num primeiro plano vemos o contínuo aumento de capital da Copagril com faturamento anual alcançando R\$ 1,7 bilhões e a formação de uma rede de negócios com diversos países (COPAGRIL, 2018). Noutro plano deste processo de integração, aparecem os sujeitos que alicerçam esta pujança, onde majoritariamente são camponeses e, como podemos ver no Gráfico 1, ampla maioria (87%) do total de cooperados⁶ possuem até 50 hectares de terra, não chegando a três módulos fiscais. Ou seja, legalmente definidos como pequenos proprietários.

⁶ Inclui-se aqui também os produtores de porcos e grãos.

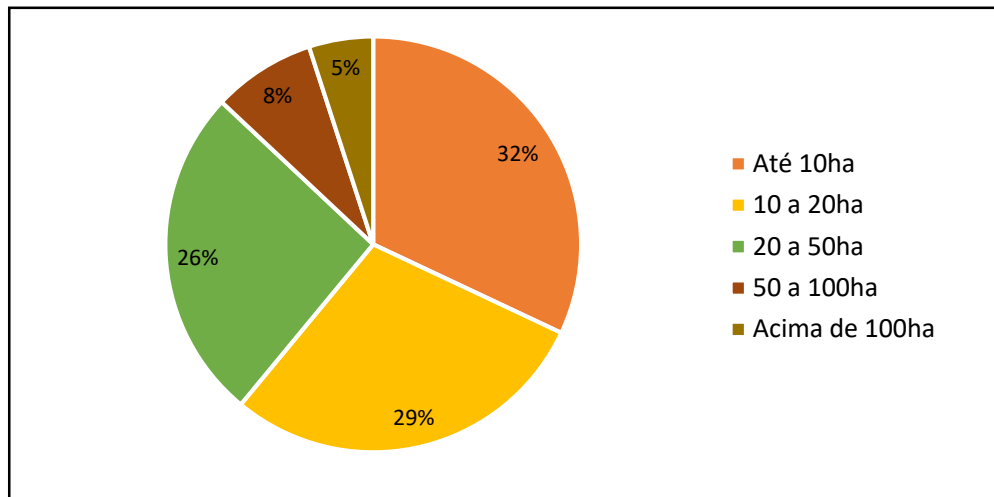


Gráfico 1: Composição Fundiária dos integrados à Copagril no ano de 2018.

Fonte: Relatório Copagril 2018. Org: Luz,E.L.Z 2019.

A presença de grandes proprietários de rurais que se dedicam exclusivamente a avicultura é mínima. Até mesmo porque, em certos casos ao subtrairmos do faturamento de um pequeno aviário, os custos de produção e manutenções mensais, deduzirmos a parcela do financiamento e por fim dividirmos pelo número de pessoas envolvidas neste trabalho, veremos que a renda per capita líquida, obtida pela produção avícola não chega a mil reais mensais.

A busca por maiores lucros por parte da Copagril é notada a partir da fala do representante da empresa, quando afirma que “[...] em dois mil e seis para se obter um frango com três quilos era preciso cinquenta e dois dias, hoje já é possível atingir mais de três quilos com quarenta e três dias” (TRENTINI, 2019). Esta diminuição do tempo de produção contribui de forma direta no faturamento da empresa, a qual credita tal tendência ao resultado do melhoramento genético, incrementos na ração e atualização das práticas de manejo do frango.

Este aumento na produção de frango, maior ganho de peso por animal e consequente multiplicação de faturamento da cooperativa, em muito pode ser explicado pelo avanço tecnológico, no entanto, a forma como são impostas as constantes adequações, bem como, a própria maneira como é realizado o

pagamento da produção do frango, também ajudam na compreensão deste contínuo aumento de produtividade.

Os avicultores são remunerados segundo o Índice de Produtividade Efetiva (IEP), relação entre o peso final do frango e a quantidade de ração consumida. Assim, há constante busca por parte dos avicultores e exigência da cooperativa em melhorar este IEP. Tal situação promove a competitividade entre os avicultores, fato incitado pela Copagril ao divulgar em sua revista a classificação dos melhores produtores de cada mês.

Entende-se que este mecanismo que estimula a competitividade entre os produtores de frango, também é um dos fatores que impedem a organização coletiva destes camponeses, pois, ao responsabilizá-los particularmente pelos resultados obtidos e desconsiderar as diferentes condições materiais entre os avicultores cria um processo de individualização. No entanto, quando perguntados a respeito deste índice e a publicação dos melhores produtores do mês, os avicultores afirmam ver como um certo tipo de incentivo e que a mesma é salutar para a cooperativa, pois, se cada um produz mais, todos acabam ganhando no valor da participação.

É um incentivo, pois tem muitos que tão sempre lá em baixo com os resultados e não fazem nada. E é ruim para a cooperativa, os ruins tão gastando a mesma coisa que eu tô gastando, a ração, o pintinho, e o resultado, eles não tão dando para a Copagril. E na repartição dos lucros, como eles vão mal dá menos pra nós, se todos irem bem nós íamos ganhar bem mais né (ENTREVISTADO 2, 2019)⁷.

Através desta fala, nota-se a preocupação do avicultor com os gastos em insumos, os resultados e não mais com a qualidade de vida, ou situação pela qual o outro avicultor tenha passado. É possível perceber este avicultor sentindo-se parte da Copagril e reproduzindo o discurso que já não é mais do camponês que

⁷ Metodologicamente, optou-se por não expor os nomes dos entrevistados, os quais, foram indicados no trabalho da seguinte forma: entrevistado 1, 2019; entrevistado 2, 2019; e assim sucessivamente.

está sendo explorado pela empresa, mas sim, da direção da Cooperativa visando os lucros finais.

Esta cobrança pelo aumento da produtividade e busca por melhores inovações e adequações é visto por parte do representante da Copagril como algo necessário e motivado pelo próprio mercado. Porém, isso revela o processo de subordinação que “prende” os camponeses às empresas e instituições financeiras, processo iniciado com financiamentos intermediados pela empresa e quando este prazo chega ao fim, ou mesmo antes, ocorrem constantes adequações às novas exigências tecnológicas e sanitárias gerando novos investimentos.

Mesmo a Copagril entendendo as constantes modernizações, exigências sanitárias e novas práticas de manejo como “naturais”, alguns dos entrevistados relataram fazer parte da política da Cooperativa esta cobrança por melhores resultados. O Entrevistado 5 expôs que “eles [Copagril] cobram uma, duas até três vezes e se continua tirando pouco do lote e o cara não faz nada, eles desligam”. Neste contexto, outro avicultor hoje integrado a outra empresa, contou que o motivo principal de ter saído da Copagril eram as constantes cobranças.

Porque por mais que nós ajeitássemos como eles pediam, lavasse as cortinas do aviário, trocasse a cama do aviário, continuava dando salmonela e aí sempre tinha desconto. Nos lote com a Copagril tirava cinquenta e um centavos a cinquenta e três [valor médio por frango] esse último lote aqui eu tirei um real e oito centavos (ENTREVISTADO 7, 2019).

Esta adequação as novas práticas de manejo e as padronizações exigidas pelo mercado, que a equipe técnica da Copagril apresenta a seus cooperados buscando “ajudar”, também reforça a permanência destes sujeitos na atividade avícola. Tendo em vista que, quando os técnicos orientam os cooperados a adquirirem novos equipamentos e realizar modificações, significam novos financiamentos aos avicultores e desta forma precisam de mais tempo na produção de frangos para a quitação.

Além desta pressão quanto aos resultados de produção e o processo de individualização estabelecido com o ranqueamento dos índices de produção, outro problema que ocorre devido as constantes automações e atualizações, e leva a dependência tecnológica, é a perda da autonomia quanto modo e tempo de trabalho em detrimento ao tempo e as novas técnicas impostas pelo mercado. Podendo ser evidenciado através do comentário de um interlocutor sobre a intensidade do trabalho.

No início [primeiros 15 dias de alojamento], tem que estar sempre de olho. No restante do período de alojamento é preciso verificar o aviário algumas vezes ao dia e também a noite que é feita uma verificação a cada duas horas. Esta rotina se intensifica nos períodos de inverno (ENTREVISTADO 2, 2019).

164

Esta rotina de trabalho de cuidados diários necessários e tendo em vista o número reduzido de pessoas presentes nas propriedades, somado as medidas de salubridade que impõem restrições a circulação de pessoas na propriedade sob o risco de transmissão de doença as aves, estabelecem entraves para realização de contatos e visitas entre os avicultores. Isso dificulta a participação política e organização coletiva destes camponeses, dentro e fora dos espaços da Copagril.

Ainda quanto a rotina de trabalho, observa-se também que compromete a participação política nas reuniões e assembleias da Copagril, principalmente a dos avicultores entrevistados, pois tratando-se de camponeses que utilizam a força de trabalho familiar e não dispõem de funcionários, faz-se necessário a presença constante destes avicultores em suas propriedades, sendo que as saídas são normalmente rápidas ou restritas ao intervalo de alojamento. “A gente participa quando pode, né. Quando tá com os pintinhos alojados não pode sair de casa, não tem como ir. Saio mesmo quando tem intervalo, já minha amiga (vizinha) tá direto aqui porque tem funcionário né” (ENTREVISTADO 6, 2019).

O que de certa forma limita as decisões para “sempre os mesmos”, como podemos extrair da fala do entrevistado 2. Este avicultor em particular, no ano de

2019 integrou o conselho administrativo da Cooperativa, quando perguntando sobre a participação dos cooperados nas assembleias da Copagrill, respondeu que: “não é obrigatório, mas por certo tinha que ser obrigatória. São poucos os cooperados que vão. Praticamente são sempre os mesmos que vão e os que não vão é que reclamam depois. Mas não vão lá discutir” (ENTREVISTADO 2, 2019, grifos nosso).

Anteriormente viu-se que dentre os fatores inibidores da organização política destes avicultores, está o fato de sentirem-se parte da Copagrill. Esta construção indentitária e ideológica se faz desde a fundação da Cooperativa sendo reforçada cotidianamente através das ações da empresa junto a seus associados e a comunidade local.

Destaca-se dentre estas ações: o Cooperjovem programa que através de material didático, cursos e palestras, difundem o cooperativismo nas escolas públicas municipais de Marechal Cândido Rondon e região; a Associação dos Comitês Femininos da Copagrill (ACFC) visando a capacitação e formação das mulheres associadas; a Associação dos Comitês de Jovens da Copagrill (ACJC) que desenvolve atividade de formação destinada aos filhos de associados desde 1977.

O trecho abaixo foi retirado do site da Copagrill, produzido com a finalidade de divulgar os Comitês Jovens premiados no Concurso de Projetos Agrícolas. Este evento premia as plantações com maior produtividade e conta com apoio de empresas nacionais como a Agroeste e Agrocere e grandes conglomerados multinacionais como Bayer, Ubyfol, Morgan e Pionner, detentoras de patentes de milho e soja híbridos e transgênicos, produtoras de agrotóxicos e fertilizantes. Desta forma, esta breve citação retrata sucintamente o processo de territorialização e expansão contraditória das relações capitalistas que é realizado por meio da Copagrill de Marechal Cândido Rondon.

Afagar a terra, conhecer os desejos da terra, cio da terra, a propícia estação... e fecundar o chão. Um dos mais antigos ofícios, cultivar o solo para produzir alimentos, evoluiu a partir de várias novas

tecnologias que melhoraram as técnicas e aumentaram a produtividade das lavouras. Essa evolução vem sendo acompanhada cada vez mais por jovens cooperados e filhos de associados da Copagrill, que integram os comitês de jovens (COPAGRIL, 2016, on-line).

O texto, inicia-se com uma estrofe da canção Cio da Terra de Chico Buarque e Milton Nascimento (1977), que estão entre os maiores nomes da Música Popular Brasileira (MPB). Consagrada música, presente inclusive nas místicas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e utilizada por vários movimentos camponeses que lutam contra os projetos hegemônicos de dominação do campo. O uso desta canção por parte do departamento de cooperativismo da empresa, tem o objetivo de ativar as memórias coletivas do leitor, remetendo-nos a um outro tipo de relação com a terra.

166

A Copagrill ao criar uma identificação em comum, ao demonstrar possuir os mesmos valores morais da família camponesa, tenta humanizar a relação empresarial que exerce. O parágrafo do referido texto segue e já podemos observar o uso de várias palavras-chave como: “evoluiu”, “novas tecnologias”, “melhoraram as técnicas”, “aumentaram a produtividade”, “evolução”. Palavras que remetem a inevitabilidade do futuro e que esta evolução se dá através das novas tecnologias de produção oferecidas pelo mercado.

É visto que em muitos destes eventos e promoções patrocinadas por grandes empresas do agronegócio, como este concurso de projetos agrícolas realizado por meio dos Comitês Jovens, está implícita a construção ideológica reproduzida em todos os setores que a Copagrill atua. Na avicultura o sinônimo de “evolução” e alta produtividade relaciona-se com a instalação dos aviários Dark House. Neste modelo os galpões são vedados e escuros e os frangos crescem sob luz artificial controlada conforme o tempo de vida, o custo de construção é de cerca de R\$ 800 mil reais, como expresso no depoimento de um dos avicultores.

Os aviários dark, os aviários novos são melhor, eles são top de linha, então a gente com um aviário desses, hoje em dia já não

consegue mais, já devia tá entrando com um monte de coisa, eu ainda tô com lote bom com esses aviários, agora tá com 48 dias deu peso de 3,4Kg, super bom. Só que deu um pouco de conversão, porque demoraram um dia pra me trazer ração, daí deixa eles passando fome um dia pensa o tanto que come depois. Eles ficam querendo se mata depois, comem demais, tem muita fome. Aí converte demais (ENTREVISTADO 6, 2019).

Além da realização anual destes projetos agrícolas, a ACJC sob a coordenação da Assessoria de Cooperativismo desenvolve diversos cursos e palestras aos jovens associados entre outras ações de caráter esportivo e cultural como a Olimpíada da ACJC e a Maratona Cultural.

Outro programa de fortalecimento do cooperativismo mantido pela Copagril é o Cooperjovem, este é articulado nacionalmente pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), sendo desenvolvida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), uma das entidades que integra o sistema "S". Desde 2006, este programa é aplicado pela Copagril, abrangendo cerca de 6 mil alunos, 420 professores e 28 escolas de Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Mercedes, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste e Guaíra (COPAGRIL, 2019, n.p.).

Segundo o informativo da empresa, o objetivo do programa é difundir o cooperativismo e para isto buscam a realização de diversas atividades como cursos, palestras, jogos e dinâmicas, além de distribuição de materiais didáticos, camisetas entre outros. Uma das ações que ocorrem dentro do programa Cooperjovem é o Prêmio de Redação, destinada aos estudantes do 4º e 5º do ensino fundamental. Este evento ocorre anualmente e na edição de 2019 o tema foi: "Por que o Cooperjovem merece o 'Oscar' da educação?".

Para ter dimensão do alcance destes programas de fortalecimento do cooperativismo, somente no ano de 2018 a Copagril realizou 480 reuniões sociais dos Comitês Femininos, Comitês Jovens e Cooperjovem, tendo a participação de mais de 14 mil pessoas e um total de 98.720 horas de atividades (COPAGRIL, 2018,

on-line). Se multiplicarmos os 6 mil alunos que anualmente participam do programa Cooperjovem, durante os 13 anos de sua aplicação nas escolas municipais, veremos que mais de 70 mil pessoas tiveram na sua formação básica conteúdos voltados para o cooperativismo vinculados a Copagril.

O grande risco observado nestes programas educacionais desenvolvidos pelas Cooperativas, que inicia ainda na infância dentro das escolas municipais e segue através dos Comitês e projetos de fortalecimento do cooperativismo, é de que ao introduzir aos jovens do campo ideologias voltadas ao agronegócio ditados pela lógica do mercado, além de impossibilitar uma educação libertadora, há também uma gradativa perda dos saberes geracionais em detrimento ao conhecimento técnico, que intensifica a subordinação e dependência destes sujeitos ao capital.

No desenvolvimento destes programas vinculados à Copagril, oculta-se o processo de formação ideológica e de dominação incrustado, o qual visa disseminar as ideias da classe dominante para o restante da sociedade, fazendo a aparência social tomar lugar da realidade vivida. "Para que isto ocorra é preciso que a classe dominante, além de produzir suas próprias ideias, também possa distribuí-las, o que é feito, por exemplo, através da educação, da religião, dos costumes, dos meios de comunicação disponíveis" (CHAUÍ, 2004. P. 46).

Ainda conforme Chauí (2004), para esta formação ideológica ser efetiva é preciso que os membros desta sociedade percebam as características comuns a todos sejam mais relevantes do que as diferenças sociais existentes. Isto ocorre por exemplo quando estes avicultores passam a perceberem-se enquanto produtores rurais e tomam para si os valores e ideias da classe dominante. E desta maneira o conflito de classes e as desigualdades presentes no campo, tornam-se invisíveis pois estes camponeses não conseguem notar a exploração que estão submetidos, pois veem-se também como parte integrante da Copagril.

Através da participação dos avicultores em organizações sindicais e associações, que pode ser observada no Gráfico 2, também é possível perceber a disseminação da ideologia da classe dominante, como também pode ser reflexo da inoperância do sindicato dos trabalhadores rurais de Marechal Cândido Rondon (PR). Conforme pode ser observado, dentre os avicultores entrevistados, nenhum participa do sindicato dos trabalhadores rurais. Um dos entrevistados não participa de organização alguma, seis participam da associação de moradores de comunidades e oito participam da associação da igreja. Ainda, sete dentre os nove entrevistados participam do sindicato rural patronal.

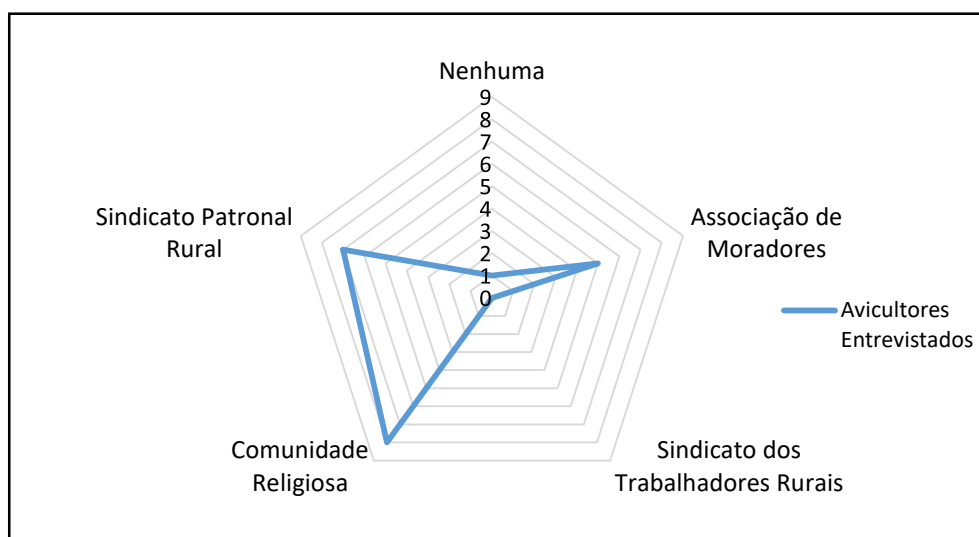


Gráfico 1: Participação dos entrevistados em organizações sociais
Fonte: Pesquisa de campo 2019. Org. Luz, E. L. Z. 2019.

O fato de apenas um dos entrevistados ter declarado não participar de organização alguma, poderia ser interpretado como maior politização destes avicultores. No entanto, quando perguntados sobre os assuntos e temas tratados nestas organizações, foi possível identificar que na associação de moradores e comunidade religiosa não há conteúdo de classe ou reivindicatório na pauta das reuniões, consideram-se todos como produtores rurais e estas organizações se limitavam a organizar celebrações e eventos comunitários.

De forma semelhante ocorre quanto ao Sindicato Patronal, um dos entrevistados ao ser perguntado sobre a participação sindical respondeu da seguinte maneira: “Participo sim, do sindicato rural [patronal] de Marechal, mas é mais por causa da Unimed mesmo. Para dar uma barateada um pouco, você paga a anuidade lá e o custo do plano de saúde cai um pouco daí” (ENTREVISTADO 2, 2019). Percebe-se através da fala deste avicultor que apesar de pagar a contribuição anual do respectivo sindicato, ele tem uma participação limitada na organização, tendo como principal pretexto o benefício do desconto no plano de saúde.

Contudo, ao observar novamente o Gráfico 2, pode-se inferir que apesar dos motivos apresentados para a participação no Sindicato Rural Patronal sejam em virtude dos benefícios oferecidos, os dados também dão mostras de que estes camponeses avicultores, não percebem-se enquanto trabalhadores rurais e sim como patrões, produtores rurais, desconsiderando a relação de trabalho empregada na produção de frangos e reforçando a condição de proprietários rurais.

Podemos atribuir a participação dos avicultores em entidades patronais e conservadoras e até mesmo uma falta de consciência de classe destes sujeitos, devido aos processos de formação ideológica reforçados pelas ações de fortalecimento do cooperativismo que ajudaram a desenvolver este sentimento de pertencimento dos camponeses para com a Copagril.

Outrossim, também foi possível verificar que esta inibição quanto a formação de organizações coletivas, são reforçadas por ações mais diretas por parte da diretoria da empresa que através de censuras e “puxões de orelha”, reprimem iniciativas de organização esboçadas por avicultores integrados da Copagril. Tal fato pode ser apurado na fala dos integrados, ao serem indagados da existência de alguma organização dos avicultores. “Há uns 10 ou 12 anos atrás teve um grupo que queria formar uma associação, eram ex-integrados da Sadia.

Mas não deu certo, o presidente [da Copagril] da época deu um puxão de orelha em todos durante uma reunião” (ENTREVISTADO 4, 2019).

Fato como este retratado pelo Entrevistado 4, e confirmado por outros camponeses entrevistados, ajudam a compreender os motivos pelos quais, no período atual a organização política dos avicultores integrados do município de Marechal Cândido de Rondon se dá somente nos marcos da Copagril em detrimento de outros espaços.

Entretanto, apesar de não terem sido identificadas organizações coletivas destes camponeses que possibilitassem a resistência política enquanto classe social, durante a pesquisa de campo viu-se uma série de práticas dentre as suas atividades cotidianas que podem ser interpretadas como ações de resistência individuais. Tais práticas e ações do dia a dia reforçam as relações não-capitalistas realizadas por estes camponeses, entre elas, podemos destacar a ajuda mútua, ou como dito por um entrevistado a “troca de serviços”, em que, principalmente nos períodos de maior intensidade, o irmão que também possui aviário, o ajudava e em contrapartida ele retribuía prestando serviços na propriedade do irmão.

Ainda neste sentido, pode ser verificado na ampla maioria das propriedades visitadas a existência da produção para autoconsumo como frutas, verduras, temperos, chás, mandioca, feijão, entre outros, também a produção de derivados do leite e carne. Além desta produção doméstica, há o plantio de milho e soja que na maioria dos casos também são entregues à Copagril, neste caso, sem vínculo direto e com possibilidade de venda para outras empresas. No entanto, como informado pelos próprios camponeses entrevistados e pelo representante da empresa, existe um adicional de “fidelidade” em que o produtor recebe um percentual maior no valor pago pelos frangos a cada produto entregue à Copagril.

Esta diversificação na produção é uma alternativa encontrada pelos camponeses para obter um melhor sustento a partir do campo, mas também é

uma prática reforçada pela assessoria da empresa. Isto leva ao entendimento de que a exclusiva dedicação a atividade avícola não é muito vantajosa financeiramente. Tal compreensão pode ser reforçada diante da fala feita por um avicultor “se colocarem na ponta do lápis, uns 70% largam a avicultura por que estão levando prejuízo, porque o aviário tem que se pagar sozinho, não pode depender de outras fontes de renda” (ENTREVISTADO, 1, 2019).

Contribui para este entendimento o recente estudo apresentado pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), em que o responsável pela pesquisa e mestre em economia rural Ademir Francisco Giroto, afirmou:

Praticamente todos os aviários [do Paraná] estão trabalhando com prejuízo considerando o longo prazo. Mesmo naqueles em que os custos operacionais são cobertos, isso permite pensar apenas na viabilidade a médio prazo, pois em uma análise com um prazo maior o capital está sendo corroído (GIROTO, 2019, on-line).

Através das Comissões para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (CADEC), este estudo realizado pela FAEP foi levado para discussão junto às empresas integradoras, acarretando em reajuste de 6% na remuneração paga aos produtores de frango. No entanto, este reajuste não ocorreu no âmbito das cooperativas, pois estas como vimos na parte inicial do trabalho, são regidas por legislação específica e não pela Lei da Integração.

Ainda assim, a visão majoritária dos camponeses é de que a avicultura representa a forma de obter uma renda de maneira mais rápida do que a lavoura, pois segundo eles o aviário pode gerar até 6 “safras” ao ano, com um faturamento bruto de cerca de R\$ 20 mil por ano. O que em primeira análise aparenta ser bom retorno, no entanto, a maior parte deste montante é destinado ao pagamento do empréstimo para a construção do aviário, pagamento da luz elétrica entre outros gastos variáveis com a manutenção e reparos dos equipamentos. Outro custo e talvez o mais significativo, porém não contabilizado por nenhum dos avicultores

entrevistados é referente ao trabalho, que neste caso é realizado pela família camponesa.

Mesmo oculto esta relação de integração ocorre de maneira desigual e exploratória, a qual se intensifica quando estes integrados também são cooperados, pois estes camponeses não mais se veem realizando trocas comerciais com uma empresa e sim contribuindo para o crescimento da Cooperativa. Em parte, este mascaramento da realidade desigual é construída através de ações locais da própria Copagrill, no entanto, estes programas de fortalecimento do cooperativismo e reeducação técnica, apenas reforçam um ideário de sociedade produzido para que a lógica hegemônica se perpetue.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que a mesorregião Oeste do Paraná foi historicamente marcada por diversas lutas camponesas, tendo os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e as Igrejas, como importantes aliados, contribuindo para a formação e organização política destes sujeitos ao longo da história. Possibilitando entender, que embora ocorra a recriação camponesa através da lógica contraditória do Capital, o camponês não é figura passiva neste processo, pois lutam e resistem de diversas maneiras pela sua existência enquanto classe.

Contudo, a pesquisa da qual resulta o presente trabalho, revelou uma ruptura quanto a politização e organização coletiva dos camponeses presentes neste espaço. Tendo em vista que os camponeses avicultores pesquisados estão subordinados a Cooperativa Copagrill e imersos num processo exploratório de transferência de renda, sem organização autônoma, perdendo assim, sua capacidade combativa frente aos descontentamentos decorrentes da relação com a Cooperativa.

Também foi possível identificar que o fato destes avicultores integrados ao mesmo tempo serem cooperados camufla e intensifica o processo de exploração

sofrido, pois ao estarem vinculados a cooperativa estão sujeitos a legislação própria e desta forma tornam-se mais vulneráveis as determinações da direção desta. Ainda que o cooperativismo tenha surgido como movimento que buscava fugir da opressão social resultante do sistema capitalista, no caso em relevo, o cooperativismo apresenta-se como um instrumento de controle social no campo, tornando-se uma ferramenta a serviço do capital.

Entende-se assim que a não organização dos camponeses avicultores se dá por uma série de entraves que dificultam a coletividade destes sujeitos, alguns destes entraves são de fácil visualização estando ligados a própria dinâmica de trabalho dentro dos aviários, que exige presença quase constante em suas propriedades. Para além destes, há outros fatores que em primeira análise são difíceis de serem identificados, estão relacionados a um amplo processo de formação ideológica e são reforçados localmente através das ações de fortalecimento do cooperativismo e pelos cursos e assistências técnicas oferecidas pela Copagrill.

Tais ações trazem noções deturpadas sobre o cooperativismo, pois tendo somente a Copagrill como exemplo e referência de cooperativa, servem apenas para criar sentimento de pertencimento destes sujeitos, humanizando a relação desigual a qual estão submetidos. Os reflexos desta construção ideológica que mascara o conflito de classes existente e dissemina a lógica mercadológica podem ser percebidos através da ampla participação destes camponeses no Sindicato Patronal em detrimento ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

O fato de não perceberem-se enquanto classe camponesa, os faz por exemplo, entenderem as cobranças para aumento de produção e o ranqueamento por maior produtividade como elementos positivos, sendo que é justamente estes mecanismos de ranqueamento e premiação do melhor Índice de Eficiência Produtiva (IEP) que intensifica o processo de individualização destes

avicultores, responsabilizando-os de maneira particular e desconsiderando as disparidades materiais entre os cooperados.

Assim, a não existência de movimento organizado pelos camponeses, em parte, é devido ao efetivo processo de formação ideológica a que estes sujeitos estão submetidos, mas também se torna uma questão de sobrevivência, já que a direção da Copagril se utiliza de mecanismos para coibir qualquer tipo de organização.

Foi tarefa da pesquisa revelar os conflitos, disputas e os distintos interesses que coexistem de modo desigual no campo de Marechal Cândido Rondon. Mas sobretudo, esperamos que o trabalho tenha contribuído para dar visibilidade a classe camponesa presente neste espaço e compreender as especificidades destes sujeitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2007, 296p.

BRASIL. Lei Federal Nº 13.288, de 16 de maio de 2016. Dispõe sobre os contratos de integração, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e integradores, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13288.htm. Acesso em: outubro 2019.

BRENNEISEN, E. C. **Relações de poder, dominação e resistência: o MST e os assentamentos**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008, 119p.

CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

COPAGRIL. **Relatório Anual 2018**. Marechal Cândido Rondon. Gráfica Tuicial, 2019, 45p.

COPAGRIL. **Relatório Anual 2019**. Disponível em: https://www.copagrill.com.br/extranet/uploads/Revista/relatorio_anual_2019_we_b_1580481911784.pdf. Acesso em: março 2020.

COPAGRIL. **Comitês de Jovens são premiados no concurso de Projetos Agrícolas.** Disponível em: <<https://copagrill.com.br/noticia/1557/comites-de-jovens-sao-premiados-no-concurso-de-projetos-agricolas>>. Acesso em novembro de 2019.

GIROTTO, F. A. **Avicultores paranaenses trabalham no vermelho.** Disponível em: <<https://www.aviculturaindustrial.com.br/imprensa/segundo-a-faep-avicultores-paranaenses-trabalham-no-vermelho/20190820-085740-r664>>. Acesso em novembro de 2019.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária.** Tradução de João Antunes. Porto: Portucalense, 1972.

LÊNIN, V. I. **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América.** São Paulo: Brasil Debates, 1980.

176

LIECHESKI, E. **A contribuição do sindicato dos trabalhadores rurais de Medianeira nas lutas dos trabalhadores rurais do oeste do Paraná.** Relatório I. C; Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, Paraná, 2000.

LOUREIRO, M. R. G. (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a Política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra.** São Paulo: Hucitec, 1990.

MARTINS, J. de S. **Expropriação e violência: a questão política no campo.** São Paulo: Hucitec, 1991.

MORAES JUNIOR, L. R. de. **Mastro: a formação do movimento dos agricultores sem terra do oeste do Paraná (1970-1990).** Dissertação de Mestrado em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, Paraná, 2011.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, A. U. de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária.** Estudos Avançados 15, 2001. p.185-206.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo De Produção Capitalista, Agricultura E Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

ROOS, D. **Contradições na construção dos territórios camponeses no centro-sul paranaense: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências**. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente – São Paulo, 2015.

SMANIOTTO, M. A. **A modernização conservadora na microrregião oeste do paraná (1964-1979)**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, Mato Grosso do Sul, 2016.

STORTI, I. **As estratégias de existência camponesa entre os avicultores vinculados à Copagril**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, Paraná, 2010.

POMAR, W. Apresentação. In Lênin, V. I. **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América**. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

TRENTINI, G. Entrevista concedida a Edson Luiz Zanchetti da Luz. Marechal Cândido Rondon, 15 fev. 2019.

Submetido em 31 de março de 2019

Aprovado em: 14 de maio de 2020

Publicado em: 30 de maio de 2020